

Resenha da História do Inferno, de Georges Minois

Review of History of Hell, by Georges Minois



GOMES, João Guilherme Ramos*

 <https://orcid.org/0009-0002-9412-0611>

MINOIS, Georges. *História do Inferno*. Tradução de Fernando Santos. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

Recebido em: 06/05/2024
Aprovado em: 30/09/2024

Introdução

Em março de 2018 um pânico generalizado assolou o Vaticano. O jornalista ateu Eugenio Scalfaria publicou, de maneira reconstruída e tendenciosa, as seguintes palavras supostamente pronunciadas pelo Papa Francisco quando entrevistado pelo jornal *La Repubblica*: “O inferno não existe, o que existe é o desaparecimento das almas bondosas” (Minois, 2023, p. 7).

Levantando questionamentos, tendo como uma de suas motivações a informação anterior, e aproveitando as possíveis conexões que o tendencioso evento relatado sobre o pontífice possui com as inseguranças humanas contemporâneas, Georges Minois escreveu o prefácio à terceira edição de seu “livrinho” (termo empregado pelo próprio) *História do Inferno*, publicado pela primeira vez no Brasil em 2023 pela Editora Unesp e traduzido por Fernando Santos (*Ibidem*, p. 7).

* Licenciado em História pelas Faculdades Integradas Regionais de Avaré (FIRA), Avaré-SP. Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos-SP. E-mail: profdehistoriajoagomes@gmail.com



Se Minois usou o diminutivo para se referir, de maneira modesta, à quantidade de páginas de seu livro (144 páginas), certamente não poderia fazer o mesmo em relação ao seu conteúdo. Mesmo que de maneira concisa, Minois fez um relevante levantamento sobre as possíveis construções, deslocamentos, rupturas e continuidades sobre a ideia de inferno, partindo das civilizações orais, xamânicas, africanas, germânicas, pré-colombianas e escandinavas, até os dias atuais. A ideia central do texto, tomada como cerne investigativo, se vincula à noção de que o inferno é multiforme e “[...] passível de adaptação segundo os tipos de sociedade”. Para o autor, o inferno está, acima de tudo, interligado à condição de existência humana, pois projeta as insuficiências, impotências e fracassos de cada civilização em resolver seus problemas sociais (*Ibidem*, p. 10).

Abordando, então, diferentes mentalidades e práticas culturais, Georges Minois traçou objetivos incontornáveis para seu texto. Entre eles, o principal: entender a história do inferno como narrativa do confronto do homem com sua própria existência (*Ibidem*, p. 9). Vale ainda ressaltar que o autor se preocupou, também, em abordar os temas escatológicos e infernais sob o ponto de vista cultural. Isto é, além de a ideia de inferno ser parte da existência humana e tão antiga quanto o homem, essa também se justifica e tem suas razões de ser vinculadas direta e/ou indiretamente com os componentes coletivos e exigências sociais de cada agrupamento humano colocado em perspectiva, desde grupos tribais até a sociedade pós-moderna do século XX (*Ibidem*, p. 14).

A linguagem simples do texto e não por isso menos erudita, fez deste um manual acessível sobre a construção do pensamento infernal, não requisitando do leitor conhecimentos aprimorados sobre o tema abordado.

Dessa maneira, *História do Inferno*, talvez possa ser considerada uma chave de acesso a textos mais complexos, servindo como uma espécie de elemento introdutório ao pensamento humano e suas transformações. No referido texto, o tempo fala, podendo ser ouvido e representado pela transformação dos produtos culturais, seus desdobramentos e significados.

Os infernos de Minois

A *História do Inferno* é dividida e apresentada em partes: os infernos das civilizações orais, das grandes religiões orientais antigas, do paganismo clássico (grego) e do Antigo e do Novo Testamento. Por fim, o autor elabora discussões a respeito das instrumentalizações e

alterações na concepção de inferno cristão da Idade Média, sem afirmar que tal visão (ou visões) permaneceu intacta durante todo o período, até a era contemporânea.

Minois deixa claro que é problemático datar, com precisão, o nascimento da ideia de inferno, de um reduto dos excluídos, subversivos e dos perversos. Todavia, o autor afirma, também, que não se pode assegurar que tal ideia não tenha perseguido a humanidade desde suas origens mais remotas (*Ibidem*, p. 14).

A primeira série de infernos no texto apresentada corresponde às sociedades politeístas, que viviam em uma estreita simbiose com o ambiente e suas funções e com a escassez de todos os tipos. Pode-se perceber, a partir das explicações presentes no texto, um inferno que não é individualizado e tampouco punitivo, questão que não faria sentido, segundo o autor, para povos que adotaram práticas comunitárias para garantir sua sobrevivência (*Ibidem*, p. 20). Portanto, somente aqueles que se afastaram do grupo, que não foram úteis para a coletividade e escaparam e/ou negligenciaram os rituais de iniciação que consolidaram a coesão do grupo seriam condenados a destinos específicos, “vítima das armadilhas da jornada para a morada dos mortos” (*Ibidem*, p. 21).

Essa noção iria se diluir em meio às grandes civilizações orientais, visto que os códigos de conduta moral, desenvolvidos e individualizados, fariam surgir a ideia do inferno como lugar de sofrimentos e punições eternas, ponto que acabaria por complementar as leis dos homens, materiais, tendo em vista os interesses e objetivos específicos de diferentes camadas sociais hierarquicamente distribuídas (*Ibidem*, p. 21).

Para o autor, em meio à hierarquia social e aos códigos de conduta religiosos e civis, o inferno se instrumentalizaria, então, em função dos líderes teocratas da antiguidade oriental. A ideia central estava vinculada ao pressuposto de que a justiça divina complementaria a justiça dos reis, e vice-versa. Das tabuletas acadianas, passando pelo Código de Hamurabi – vigente durante o primeiro império Babilônico (1792 a.C – 1750 a.C) –, pela mitologia egípcia e pelas leis rabínicas do povo hebreu, a primeira parte do livro é concluída em conjunto de uma consideração audaciosa, mas fundamentada pelos dados apresentados: “É do encontro dos infernos do Oriente Médio e dos infernos greco-romanos que nascerá o inferno cristão” (*Ibidem*, p. 32).

O ponto de síntese abordado por Minois consolida-se a partir do inferno filosófico (existencial) e poético (político) dos povos pagãos clássicos, passando pelas formulações infernais de Homero, Lucrecio e Platão, até Virgílio. Para o autor, os gregos foram

fundamentais para estabelecer um contato diferente dos homens com as visões e experiências infernais. Este ainda aponta que as premonições gregas sobre o fim dos tempos e sobre o pensamento a respeito do inferno divergem de pensador para outro (*Ibidem*, p. 33-40).

Porém, o mesmo afirma que:

Poéticos ou filosóficos, os infernos gregos são, em última análise, muito pouco religiosos; [...] eles (infernos gregos) consideram todas as possibilidades e estão na origem de todos os conceitos de inferno posteriores, inclusive os mais modernos, como o inferno existencial (2023, p. 33).

Ou seja, o inferno existencial grego, presente nas diferentes abordagens estudadas, que propõe a possibilidade de o inferno, a ideia deste, estar relacionado à condição angustiada da existência humana em contato com o inferno hebraico, individualizado, tardio e instrumentalizado, faria surgir a imagem de inferno cristão, dogmático, composto pelo antagonismo entre os eleitos, que serão salvos, e pelo sofrimento eterno daqueles que transgrediram as leis sagradas (*Ibidem*, p. 33).

É no nível popular, primeiramente, que a concepção cristã de inferno se desenvolve e a reflexão oficial só apareceria em um segundo momento, com os Pais da Igreja, considerando os intensos debates articulados sobre a diferença de opiniões a respeito do tema. Afinal, quando se lê o Novo Testamento, a raridade do tema inferno é evidente, aparecendo, primeiramente, nas epístolas de Paulo, entre os anos 50 e 63 d.C. (*Ibidem*, p. 55). De todo modo, Minois aponta que o inferno não ocupava muito espaço no início da propagação do cristianismo, sendo somente um vago pressentimento, uma ameaça hipotética (*Ibidem*, p. 59).

É com o advento da formação das ordens monásticas que o inferno se institucionalizaria na mentalidade cristã medieval, fazendo surgir uma ideia elitista, asceta, de repressão e de controle da salvação, na qual somente poucos seriam por esta contemplados (*Ibidem*, p. 68). Como aponta o autor, fica evidente que cada história teria como fim um objetivo específico. Contudo, o medo seria o argumento final utilizado pela Igreja Católica até o fim do XIX (*Ibidem*, p. 97).

Afinal: “O inferno se presta muito mais que o paraíso a uma exploração pelo imaginário humano” (*Ibidem*, p. 86). Em outras palavras, o texto se refere ao inferno cristão

como um instrumento de repressão tanto físico como moral, estabelecendo, em pontos diferentes, parâmetros de controle destinados a formar mentalidades cativas e dóceis, prontas para obedecer e se submeter às leis pré-formuladas pela “pastoral do medo” (*Ibidem*, p. 98).

Durante a alta Idade Média, foram os monges cristãos que conferiram ao inferno suas concepções, sendo, desde então, argumento final das autoridades eclesiásticas (*Ibidem*, p. 66). Contudo, o autor também afirma que inúmeras mudanças ocorreram em tais concepções, e conforme as necessidades humanas de cada época, tempo e espaço se alteravam, sem deixar de afirmar, novamente, que cada história tem um objetivo moral específico (*Ibidem*, p. 69).

Conforme apresentado no texto, seria durante os séculos XII e XIII que o inferno cristão passaria por processos de institucionalização, influenciados pelas Escrituras, pelo Direito e pela Filosofia. O “inferno dos teólogos”, conceituado dessa maneira pelo autor, revelou uma intensa individualização entre os pecados e punições, sendo os veniais aqueles que poderiam ser retratados em vida e os mortais os únicos capazes de levar à condenação eterna (*Ibidem*, p. 73). Dessa maneira, o papel intercessor da Igreja Católica se fortaleceria, já que a partir de 1215, após o Concílio de Latrão, a confissão se tornaria obrigatória anualmente, e a penitência seria a única capaz de absolver os pecadores.

Por fim, Minois termina de discutir a oficialização da ideia de inferno durante o período anunciando aquilo que os dedicados teólogos do Concílio de Florença, de 1439, acreditavam desde sempre: “A Igreja tem as chaves do inferno e do paraíso” (*Ibidem*, p. 73).

Tal ponto sofreria alterações bruscas durante o século XVI, visto que, após o Renascimento urbano, artístico e cultural, o inferno passaria por uma fase de “racionalização” (*Ibidem*, p. 108), estando, neste momento, submetido ao processo que o autor denominou como “crise da consciência europeia” (*Ibidem*, p. 122). Com o advento da Reforma Protestante (1517), da revolução científica do XVII e das revoluções políticas e sociais que colocaram fim ao antigo regime durante os séculos XVII e XVIII, aconteceria também um grande abalo na construção da mentalidade infernal cristã moderna (*Ibidem*, p. 122).

Por fim, Minois termina seu texto fazendo algumas considerações sobre o inferno na idade contemporânea. Além da maior abrangência que o termo veio a obter, designando situações angustiantes e/ou calamitosas, é justamente nos tempos atuais que a ideia de

inferno perderia, na linguagem cotidiana, a sua força (*Ibidem*, p. 136). Mesmo na própria Igreja Católica, o autor aponta que houve um grande silenciamento a respeito do tema nos últimos dois séculos, afirmando que ocorreu, inevitavelmente, uma certa “diminuição do medo de Deus” (*Ibidem*, p. 139).

Dessa maneira, e conforme fica evidente no texto, o século XX, considerando a sua catastrófica conjuntura, foi responsável por descobrir que o verdadeiro inferno está na Terra e que os antigos teólogos seriam, nesse momento, substituídos por filósofos, poetas, psicólogos e historiadores contemporâneos. Relembrando Italo Calvino, escritor e jornalista italiano do século XX, em *As Cidades Invisíveis*, Georges Minois apresenta uma de suas referências: “O inferno dos vivos não é algo futuro; se existe um inferno, é aquele que já está aqui, o inferno em que vivemos todos os dias, que nós criamos por estarmos juntos” (*Ibidem*, p. 141).

Após comprometidas digressões, o texto recebe em sua conclusão uma afirmativa daquilo que foi sua posição inicial, conjecturando que: “O inferno está na origem da condição humana, da vida em sociedade” (*Ibidem*, p. 140).

Considerando o posicionamento do autor, após completar seu texto e estudos, analisar as diferentes concepções e atribuições do inferno à condição de existência humana, se revela, categoricamente, um possível ponto de partida para aqueles que buscam entender a vida em sociedade, e a sociedade em si.

O texto mostra a possibilidade de identificar rupturas e continuidades sobre as ideias religiosas e morais sob a égide de uma ótica distinta, a ideia de inferno. Entretanto, a impressão final é que tal alternativa ainda possui fraquezas, como a hegemonia do pensamento ocidental, por exemplo. Todavia, e assim como no exemplo deixado pelo texto, a pergunta inicial e final para que tais fraquezas talvez sejam superadas possa ser a mais simples: “por quê?”.

Referências

MINOIS, Georges. *História do Inferno*. Tradução de Fernando Santos. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2023.